

Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Integração - Sicredi Integração
PR/SC**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC
Lapa - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC
CNPJ/MF nº 81.054.686/0001-03

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		380.138	322.953	CIRCULANTE		149.003	126.747
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	7.889	4.604	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	74.463	70.934
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		237.785	201.613	Depósitos à Vista		53.567	45.343
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2.140	4	Depósitos a Prazo		20.896	25.591
Correspondentes no país		994	622	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		53.753	40.260
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	234.651	200.987	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		6.567	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	121.273	106.621	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	47.186	40.260
Operações de Crédito		131.631	117.936	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		560	228
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(10.358)	(11.315)	Recursos em Trânsito de Terceiros		560	228
OUTROS CRÉDITOS		12.030	9.408	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	2.540	2.008
Créditos por Avais e Fianças Honrados		116	3	Empréstimos País - Outras Instituições		2.540	2.008
Rendas a Receber		693	574	OUTRAS OBRIGAÇÕES		17.687	13.317
Diversos	(NOTA 07)	11.482	8.963	Cobrança e Arrecadação de Tributos		65	37
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(261)	(132)	Sociais e Estatutárias		912	771
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	1.161	707	Fiscais e Previdenciárias		1.117	1.046
Outros Valores e Bens		1.134	674	Diversas	(NOTA 14)	15.593	11.463
Despesas Antecipadas		27	33				
NÃO CIRCULANTE		54.367	45.454	NÃO CIRCULANTE		241.260	205.513
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		54.367	45.454	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		241.260	205.513
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.595	528	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	233.729	197.939
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.595	528	Depósitos a Prazo		233.729	197.939
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	39.265	32.578	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	4.128	4.171
Operações de Crédito		44.204	37.199	Repasses Interfinanceiros		4.128	4.171
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(4.939)	(4.621)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	3.403	3.403
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	-	1	Diversas		3.403	3.403
Diversos		-	1				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	5.844	5.019	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.242	36.147
Outros Investimentos		5.844	5.019	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	19.566	17.509
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	5.274	5.154	De Domiciliados no País		19.588	17.526
Imóveis de Uso		212	212	(Capital a Realizar)		(22)	(17)
Outras Imobilizações de Uso		9.240	8.325	RESERVAS DE SOBRAS		23.521	18.123
(Depreciação acumulada)		(4.178)	(3.383)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.155	515
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	2.389	2.174				
Outros Ativos Intangíveis		4.459	3.700				
(Amortização acumulada)		(2.070)	(1.526)				
TOTAL DO ATIVO		434.505	368.407	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		434.505	368.407

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC
CNPJ/MF nº 81.054.686/0001-03

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22.260	-	22.260	44.681	-	44.681	42.104	7	42.111
Operações de Crédito	22.223	-	22.223	44.600	-	44.600	42.055	7	42.062
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	37	-	37	67	-	67	48	-	48
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	14	-	14	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(15.033)	(187)	(15.220)	(33.340)	(346)	(33.686)	(38.402)	(293)	(38.695)
Operações de Captação no Mercado	(8.836)	(23)	(8.859)	(20.405)	(42)	(20.447)	(23.132)	(46)	(23.178)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.493)	(164)	(1.657)	(3.196)	(304)	(3.500)	(3.642)	(247)	(3.889)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	(4.704)	-	(4.704)	(9.739)	-	(9.739)	(11.628)	-	(11.628)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	7.227	(187)	7.040	11.341	(346)	10.995	3.702	(286)	3.416
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.261)	1.381	(2.880)	(5.674)	2.770	(2.904)	(881)	2.655	1.774
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.694	3.917	5.611	3.176	7.142	10.318	2.515	5.579	8.094
Rendas de Tarifas Bancárias	2.943	-	2.943	5.460	-	5.460	4.530	-	4.530
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.960)	(872)	(8.832)	(15.571)	(1.502)	(17.073)	(14.528)	(998)	(15.526)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(6.878)	(975)	(7.853)	(13.321)	(1.762)	(15.083)	(12.515)	(1.230)	(13.745)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(4)	(364)	(368)	(9)	(546)	(555)	(14)	(437)	(451)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	10.866	53	10.919	24.131	73	24.204	26.950	173	27.123
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.922)	(378)	(5.300)	(9.540)	(635)	(10.175)	(7.819)	(432)	(8.251)
RESULTADO OPERACIONAL	2.966	1.194	4.160	5.667	2.424	8.091	2.821	2.369	5.190
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	38	61	66	52	118	394	(3)	391
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.989	1.232	4.221	5.733	2.476	8.209	3.215	2.366	5.581
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(309)	(309)	-	(814)	(814)	-	(739)	(739)
Provisão para Imposto de Renda	-	(177)	(177)	-	(471)	(471)	-	(426)	(426)
Provisão para Contribuição Social	-	(132)	(132)	-	(343)	(343)	-	(313)	(313)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.989	923	3.912	5.733	1.662	7.395	3.215	1.627	4.842
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.662	(1.662)	-	1.502	(1.502)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.989	923	3.912	7.395	-	7.395	4.717	125	4.842
DESTINAÇÕES	-	-	-	(6.240)	-	(6.240)	(4.202)	(125)	(4.327)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(553)	-	(553)	(486)	-	(486)
Fates - Estatutário	-	-	-	(289)	-	(289)	(129)	-	(129)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(125)	(125)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(4.331)	-	(4.331)	(1.930)	-	(1.930)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.067)	-	(1.067)	(1.248)	-	(1.248)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-	-	(409)	-	(409)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.155	-	1.155	515	-	515

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC
CNPJ/MF nº 81.054.686/0001-03

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	15.383	14.536	363	30.282
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	360	-	(360)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.758	-	-	1.758
Baixas de capital	(474)	-	-	(474)
Resultado do período	-	-	4.842	4.842
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(129)	(129)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(125)	(125)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.930	(1.930)	-
Juros sobre o Capital Próprio	482	-	(486)	(4)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.248	(1.248)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	409	(409)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	17.509	18.123	515	36.147
Mutações do Período	2.126	3.587	152	5.865
Saldos no início do período em 01/01/2017	17.509	18.123	515	36.147
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	510	-	(510)	-
Outras destinações	-	-	(5)	(5)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.838	-	-	1.838
Baixas de capital	(838)	-	-	(838)
Resultado do período	-	-	7.395	7.395
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(289)	(289)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.331	(4.331)	-
Juros sobre o Capital Próprio	547	-	(553)	(6)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.067	(1.067)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	19.566	23.521	1.155	44.242
Mutações do Período	2.057	5.398	640	8.095
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	18.456	18.123	3.483	40.062
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.152	-	-	1.152
Baixas de capital	(589)	-	-	(589)
Resultado do período	-	-	3.912	3.912
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(289)	(289)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.331	(4.331)	-
Juros sobre o Capital Próprio	547	-	(553)	(6)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.067	(1.067)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	19.566	23.521	1.155	44.242
Mutações do Período	1.110	5.398	(2.328)	4.180

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC
CNPJ/MF nº 81.054.686/0001-03

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.613	8.574	7.369
Resultado do semestre/exercício	3.912	7.395	4.842
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	701	1.179	2.527
(Reversão) Provisão para operações de crédito	80	(639)	1.170
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(3)
Provisão para desvalorização de outros créditos	116	129	22
Depreciação do imobilizado de uso	450	903	907
Amortização do intangível	268	544	319
Baixas do ativo permanente	11	34	80
Provisão para passivos contingentes	106	437	219
Destinações ao FATES	(289)	(289)	(254)
Dividendos SicrediPar	(41)	60	67
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(11.190)	30.028	58.569
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.037)	(1.067)	(497)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.852	(2.135)	(4)
Redução em créditos vinculados	1	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(248)	(372)	61
(Aumento) em operações de crédito	(46.962)	(20.700)	(10.919)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	23.167	13.449	83
(Aumento) em outros créditos	(1.659)	(2.811)	(675)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	146	(454)	(300)
Aumento em depósitos	9.127	39.319	68.804
Aumento em relações interdependências passivas	50	332	5
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	106	532	(99)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(118)	(254)	(263)
Aumento em outras obrigações	3.385	4.189	2.373
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.577)	38.602	65.938
Aquisição de Investimentos	-	(825)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(678)	(1.057)	(532)
Aplicações no Intangível	(438)	(760)	(668)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.116)	(2.642)	(1.200)
Integralização de capital	1.152	1.838	1.758
Baixa de capital	(589)	(838)	(474)
Juros ao capital próprio	(6)	(6)	(4)
Distribuição de Sobras	-	(5)	(3)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	557	989	1.277
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(7.136)	36.949	66.015
Caixa e equivalente de caixa no início do período	249.676	205.591	139.576
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	242.540	242.540	205.591

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 16/05/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	38.690	(5)	38.685
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.623)	(5)	(11.628)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	1.769	5	1.774
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(13.287)	(458)	(13.745)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27.118	5	27.123
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(8.709)	458	(8.251)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

I) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	7.889	4.604
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	234.651	200.987
Total	242.540	205.591

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.595	528
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.595	528
Total realizável a longo prazo	1.595	528

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	64.921	31.207	96.128	82.866
Financiamentos	20.755	8.705	29.460	26.543
Financiamentos rurais e agroindustriais	45.955	4.292	50.247	45.726
Carteira total	131.631	44.204	175.835	155.135

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	116	-	116	3
Devedores por compra de valores e bens	16	-	16	49
Títulos e créditos a receber (i)	7.551	-	7.551	5.662
Total	7.683	-	7.683	5.714

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	98.591	96.099	493	480
Nível B	1,00	46.820	31.357	469	314
Nível C	3,00	11.486	7.146	345	214
Nível D	10,00	9.823	8.168	982	817
Nível E	30,00	3.236	3.228	971	969
Nível F	50,00	1.902	2.104	951	1.052
Nível G	70,00	1.044	1.750	731	1.225
Nível H	100,00	10.616	10.997	10.616	10.997
Total (i)		183.518	160.849	15.558	16.068

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	3.052	17.347	38.229	22.109	80.737
Rural	699	4.219	41.037	4.292	50.247
Industrial	111	1.243	626	953	2.933
Comércio	409	10.522	7.713	7.342	25.986
Outros Serviços	444	6.370	7.293	9.508	23.615
Total	4.715	39.701	94.898	44.204	183.518
					160.849

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	15.917	8,67	12.484	7,76
50 devedores seguintes	29.118	15,87	31.277	19,44
100 devedores seguintes	26.570	14,48	25.503	15,86
Demais	111.913	60,98	91.585	56,94
Total	183.518	100	160.849	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	16.068	14.876
Constituição de provisão	9.739	11.628
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.249)	(10.436)
Saldo final	15.558	16.068

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.222 (2016 - R\$ 2.095), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.976 (2016 - R\$ 3.170).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	120	123
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.357	1.170
Devedores por compra de valores e bens	16	49
Devedores por depósitos em garantia	1.609	1.414
Impostos e contribuições a compensar	25	40
Títulos e créditos a receber	7.551	5.661
Valores honrados	99	22
Operações com cartões	23	18
Pendências a regularizar	105	23
Outros	577	443
Total Circulante	11.482	8.963

Títulos e créditos a receber	-	1
Total realizável a longo prazo	-	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.121	674
Imóveis	1.121	674
Material em estoque	13	-
Despesas antecipadas	27	33
Total Circulante	1.161	707

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.642	2.817
Sicredi Participações S.A.	2.201	2.201
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	5.844	5.019

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	708.542 ON	708.542 ON	1	1	3.642.301	2.816.982
	1.492.325 PN	1.492.325 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,25%	0,25%	0,61%	0,63%	1,90%	1,77%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	2.201	2.201	1	1	3.642	2.817

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.452	(4.178)	5.274	5.154
Imobilizações em curso	-	585	-	585	5
Terrenos	-	212	-	212	212
Instalações	10%	3.521	(1.456)	2.065	2.348
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.860	(1.253)	1.607	1.800
Sistema de comunicação	10%	46	(17)	29	35
Sistema de processamento de dados	20%	1.653	(1.192)	461	490
Sistema de segurança	10%	210	(159)	51	61
Sistema de transporte	20%	365	(101)	264	203
Intangível (i)		4.459	(2.070)	2.389	2.174
Investimentos Confederação		4.459	(2.070)	2.389	2.174
Total		13.911	(6.248)	7.663	7.328

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	53.567	-	-	53.567	45.343
Depósitos a prazo	7.176	13.720	233.729	254.625	223.530
Total	60.743	13.720	233.729	308.192	268.873

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	47.186	40.260
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	47.186	40.260
Total circulante	47.186	40.260
Recursos do Crédito Rural	4.128	4.171
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.128	4.171
Total exigível a longo prazo	4.128	4.171

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	2.540	2.008
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.540	2.008
Total circulante	2.540	2.008

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Obrigações por convênios oficiais	6	-
Provisão para pagamentos a efetuar	3.284	2.541
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	2.017	1.580
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	600	405
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	204	350
Pendências a regularizar	61	80
Operações com cartões	7.536	5.564
Demais fornecedores	520	283
Credores diversos	1.365	660
Total circulante	15.593	11.463
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	3.403	3.403
Total exigível a longo prazo	3.403	3.403

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	364	632	(247)	749
Cível	42	131	(54)	119
Tributária	1.174	44	(69)	1.149
Total	1.580	807	(370)	2.017

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	749	364
Cível	Provável	119	42
Tributária	Provável	1.149	1.174
Total		2.017	1.580

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.008 e R\$ 466 (2016 - R\$ 72 e R\$ 380), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo 1999.70.00.030835-1 desde 11/12/1999. O processo foi devolvido ao TRF da 4ª região, onde ficará sobrestado, aguardando o julgamento do STF no caso paradigma sobre a matéria de Incidência de Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre os ingressos financeiros auferidos pela Cooperativa (RE 598.085/RJ). O montante em discussão alcança R\$ 1.149, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerável provável.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	19.566	17.509
Total de associados	29.328	25.571

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.057 (2016 – R\$ 2.126), sendo R\$ 1.057 (2016 – R\$ 842) via integralização de resultados e R\$ 1.838 (2016 – R\$ 1.758), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 838 (2016 – R\$ 474).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3% em Conta Capital, no montante de R\$ 553, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração - Sicredi Integração PR/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	8.209	5.581
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(3.448)	(2.344)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	12	11
Provisão resgate de milhas cartão	17	2
Provisão PPR	41	20
Receita com atos cooperativos	2.408	1.350
Juros sobre capital próprio	232	204
Outros	(76)	18
Subtotal	2.634	1.605
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(814)	(739)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.595	528
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	234.651	200.987
Outros Créditos - Rendas a receber	566	382
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.316	1.373
Investimentos (Nota 09)	5.844	5.019
Intangível (Nota 10)	2.389	2.174
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	51.314	44.431
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	2.540	2.008
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	7.355	5.411
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	3.607	3.753
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	67	48
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.690	2.008
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	22.463	24.836
Receita não operacional- Doação SFG (Nota 16)	-	409
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	3.500	3.889
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	801	705
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	6.493	5.198

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	57	0,11%	59
Depósitos a prazo	2.372	0,93%	1.795
Operações de crédito	924	0,53%	1.370

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.115	1.694

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	353	391
Despesa de aluguéis	2.767	2.587
Despesa de comunicação	930	944
Despesa de manutenção e conservação	509	463
Despesa de material	270	246
Despesa processamento dados	320	272
Despesa de promoções e relações públicas	822	664
Despesa de propaganda e publicidade	31	74
Despesa de seguro	109	155
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.752	1.452
Despesa de serviços de terceiros	879	732
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.253	1.208
Despesa de serviços de técnicos especializados	463	461
Despesa de serviços de transpostes	1.288	1.204
Despesa de viagem	321	397
Outras despesas administrativas	3.016	2.495
Total	15.083	13.745

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	707	1.203
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	22.195	24.477
Reversão de provisões operacionais	964	826
Outras rendas operacionais	338	617
Total	24.204	27.123

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.123	1.059
Contribuição O.C.E.	97	81
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	499	539
Contribuição Confederação Sicredi	3.879	2.856
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	540	432
Encargos da administração financeira	126	133
Repasso administradora de Cartões	432	425
Depreciação e amortização	544	322
Outras provisões operacionais	1.527	1.013
Outras despesas operacionais	1.408	1.391
Total	10.175	8.251

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	19.582	17.885
Total	19.582	17.885

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	44.729	38.132
Nível I (NI)	42.565	35.130
Capital principal - CP	42.565	35.130
Capital social	19.566	17.509
Reservas de capital	23.521	18.123
Lucros acumulados	1.155	515
Ajustes Prudenciais	(1.677)	(1.017)
Nível II (NII)	2.164	3.002
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	2.164	3.002
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	265.688	227.460
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	468	527
Margem de Capital (i)	16.364	15.143
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,84%	16,76%
Situação de Imobilização (Imob)	5.987	6.312
Índice de Imobilização (Imob / PR)	13,38%	16,55%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Rafael Augusto Berwig Preis

Diretor Executivo

CPF: 968.639.439-72

Andrea Carneiro de Siqueira

Diretora de Operações

CPF: 018.768.019-13

Eduardo Netto Sarubbi

Contador

CRC: RS-060899/O-8

CPF: 694.157.650-20